

ESTRUTURA DO PROJETO DE PESQUISA

1. Título:

O PLANEJAMENTO EDUCACIONAL NO ESTADO E MUNICÍPIOS MATOGROSSENSES: DO PLANO ESTADUAL AO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

2. Área (s)/Linha (s) de Pesquisa contempladas (homologadas no CONEPE):

Formação de Professores, Políticas e Práticas Pedagógicas.

3. Resumo (no máximo 300 palavras):

Este projeto apresenta como objeto de pesquisa os Planos de Educação, elaborados a partir da aprovação do Plano Nacional de Educação 2014-2024. Com a aprovação deste PNE, Lei 13.005/2014, de 25 de junho de 2014, estabeleceu-se um prazo para estados, Distrito Federal e municípios reelaborarem, caso existisse planos, ou elaborarem seus planos de educação, até junho de 2015. O objetivo do projeto é analisar o processo de elaboração, monitoramento e avaliação dos Planos Municipais de Educação em quatro municípios mato-grossenses, de forma a identificar sua articulação com o Plano Nacional e o Plano Estadual de Educação e as contribuições desse processo para o financiamento, valorização dos profissionais da educação, gestão democrática do ensino público e a qualidade da educação municipal, no período de 2008 a 2018. A escolha dos municípios pautou-se em três critérios: primeiro, o número de habitantes, segundo, as características geográficas, socioeconômicas e culturais e, em terceiro lugar, a disponibilidade de pesquisadores residentes próximos ou nos próprios municípios *locus* da pesquisa. Fica aberta a possibilidade de ampliar para seis o número de municípios, em conformidade com adesão de novos pesquisadores. Para cumprir este objetivo os procedimentos metodológicos compreendem: levantamento e análise de dados qualitativos e quantitativos sobre os planos de educação em sítios oficiais da União, estado e, particularmente, nos municípios selecionados para a pesquisa (Rondonópolis, Sinop, Cáceres e Tangará da Serra, inicialmente); assim como

análise de dados de entrevistas aplicadas a sujeitos diretamente envolvidos com a elaboração, implementação, acompanhamento/monitoramento e avaliação dos planos; para a organização dos dados de entrevistas será utilizado o software Nvivo que traçará um mapa/nuvem com as palavras/frases mais citadas nas falas dos sujeitos que será analisada com o auxílio do método de análise de conteúdo, conforme critérios definidos na pesquisa.

4. Palavras chave (no mínimo 3; no máximo 5):

Planos de Educação, Financiamento, Gestão democrática, qualidade educacional.

5. Introdução:

O planejamento educacional no Brasil passa por distintas fases e concepções. Em sintonia com uma tendência mundial, o planejamento da educação na década de 1990, por exemplo, esteve “intimamente vinculado ao modelo de ciência social normal, dominada pelo paradigma epistemológico do positivismo”, como afirma Torres (2001, p.121), ao tratar das políticas neoliberais para a educação emanadas de organismos multilaterais como o Banco Mundial (BM), com o aval do Fundo Monetário Internacional (FMI). O método oriundo desse paradigma “permite a descoberta de regularidades nas quais se podem realizar análises experimentais ou quase experimentais, que se podem medir, quantificar, estudar em suas correlações e causalidade e manipular (controlar) em seus comportamentos futuros” (Ibid.). Mesmo que prevaleça no PNE 2014-2024, fortes aspectos dessa tendência, o processo que culminou na sua aprovação passou por amplo debate público com a participação de agentes públicos e de importantes segmentos representativos da sociedade civil, em etapas preparatórias, nos estados, DF e municípios que aderiram à Conferência Nacional de Educação (CONAE), realizada em Brasília, em abril de 2010. Após quatro anos tramitando no Congresso Nacional (Câmara dos Deputados e Senado Federal) o PNE foi aprovado, sem vetos, pela Presidenta Dilma Roussef. Com o encerramento

dessa etapa fundamental de elaboração do planejamento educacional para o país, por um período de 10 anos, estados, Distrito Federal e municípios ficaram responsáveis pela elaboração e reelaboração (caso os planos já estejam em funcionamento) de planos de educação para seus sistemas de ensino. O debate sobre a necessidade em instituir um sistema nacional de ensino no país não é recente, porém a temática adquire fôlego adicional com a aprovação no PNE, em 2014. A emergência de elaboração do plano não se deveu somente ao encerramento do plano em vigor de 2001 a 2010, mas sobretudo pelo entendimento de que o país vivia um novo período e como tal, precisava de um planejamento educacional, de longo prazo, portanto, uma política de Estado, e que atendesse à nova dinâmica da sociedade brasileira, voltada para o crescimento econômico com distribuição de renda. Nesse sentido, o planejamento educacional passou a ser elaborado com a participação de amplas parcelas representativas da sociedade política e da sociedade civil. Temas como o financiamento da educação e o direito educacional foram os principais orientadores do PNE, em razão da histórica desigualdade educacional, da Educação Infantil à pós-graduação, no país.

Nesta pesquisa serão abordados os eixos sobre o financiamento: gestão, transparência e controle social; a valorização dos profissionais da educação: carreira, remuneração, jornada de trabalho, piso salarial profissional e formação; gestão democrática: participação, autonomia administrativa, pedagógica, financeira e patrimonial, fortalecimento de Conselhos Escolares e grêmios estudantis, eleições de gestores escolares; a qualidade educacional: indicadores de qualidade (IDEB), qualidade social da educação; educação do campo: currículo, formação de professores, carreira, remuneração, jornada de trabalho e financiamento, .

6. Objetivos Gerais:

Analisar o processo de elaboração dos Planos Municipais de Educação em quatro municípios mato-grossenses, de forma a identificar sua articulação com o Plano

Nacional e o Plano Estadual de Educação e as contribuições desse processo para o planejamento da educação nos municípios no que se refere a: financiamento, valorização dos profissionais da educação, gestão democrática do ensino público, educação do campo e a qualidade da educação municipal, no período de 2008 a 2018.

7. Objetivos Específicos:

1. Conhecer o processo de elaboração e monitoramento dos Planos de Educação nos municípios selecionados para a pesquisa.
2. Identificar, no processo de elaboração do PME dos municípios selecionados, como se efetivou a articulação com o PNE e PEE;
 1. Conhecer as metas e estratégias definidas no plano nacional, estadual e municipais de educação referente ao financiamento da educação, à valorização dos profissionais da educação e a gestão democrática da escola pública.
 2. Conhecer as fontes de recursos que mantém o desenvolvimento da educação e valorização dos profissionais da educação e os respectivos valores orçados e executados no período em estudo. (2008 a 2017 considerando o plano estadual)
3. Conhecer os fins, áreas, programas e projetos para os quais foram destinados os recursos da educação no período estudado, seus respectivos valores e percentuais.
4. Analisar os resultados encontrados e comparar com as diretrizes e metas definidas no âmbito dos planos educacionais no âmbito nacional, estadual e municipais.
5. Diagnosticar os problemas encontrados no campo do financiamento da educação e da valorização dos profissionais nos aspectos inter-relacionados com o financiamento.
6. Analisar, no texto dos PMEs aprovados pelos municípios, como se expressa a relação com o PNE e PEE;
 - Examinar o conteúdo das Metas 7, 17, 19 e 20 do PNE de forma a identificar as aproximações e distanciamentos em relação à metas estabelecida no PEE e nos dos PMEs;

- Identificar as estratégias previstas no PME para atingir, entre outras, a meta 7 do PNE;
- Compreender as condições de trabalho e historicidade da docência;
- Apontar os desafios para se alcançar a valorização docente;
- Fortalecer as ações multi e interdisciplinares.

8. Justificativa:

Esta proposta vincula-se a Rede de Estudos e Pesquisas em Planejamento e Gestão Educacional (REPLAG), e propõe uma análise do processo de elaboração e monitoramento dos Planos Municipais de Educação em 4 municípios mato-grossenses, podendo ampliar para 6 conforme a adesão de pesquisadores dos municípios de Cuiabá e Várzea Grande, com vistas a identificar sua articulação com os planos Nacional e Estadual de Educação no tocante a metas e estratégias relacionadas ao financiamento da educação, valorização dos profissionais da educação, a gestão democrática, qualidade educacional e a educação do campo.

O planejamento da educação em âmbito nacional, estadual e municipal constitui-se um dos principais desafios para educação brasileira e tem sido uma das principais lutas da sociedade, especialmente a partir dos anos 1920, culminando com o Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova, de 1932. É a primeira vez que no Brasil, têm-se a oportunidade de constituir planos educacionais no âmbito das três esferas de governos: nacional, estadual e municipal. O acompanhamento das implementações das metas definidas para os vários níveis, etapas e modalidades de ensino, bem como de fatores estruturais como a organização dos sistemas de ensino e seu financiamento, a valorização dos seus profissionais, a gestão democrática e a qualidade educacional, constituem processos essenciais tendo em vista a garantia da construção do sistema educacional brasileiro.

É com esta finalidade que se define este projeto de pesquisa, acompanhar e conhecer a política definida e executada no âmbito do financiamento e da valorização dos profissionais da educação, da gestão democrática, da qualidade educacional e da

educação do campo, durante a vigência destes planos educacionais, ou seja, de 2008 à 2017, no caso da esfera estadual de ensino de Mato Grosso e de 2014 à 2017 para a esfera nacional e municipais, o que não se pode perder de vista com a aprovação do Plano Nacional e dos Planos Municipais de Educação.

O presente projeto utilizará como fonte de dados as informações contidas no FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação e no SIOPE – Sistema de Informação sobre Orçamento Público em Educação. Os dados coletados referem-se aos orçamentos anuais e balanços fiscais e os respectivos dados contidos nos relatórios informados pelas unidades federativas, demonstrativos do Fundeb, relatórios resumidos da execução orçamentária, demonstrativos de receitas e despesas, demonstrativo da função educação, indicadores, quadro de resumo de despesas e remuneração de professores, indicadores de gestão democrática e banco de dados do Inep para consulta de indicadores de qualidade educacional, como o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb).

Os referidos dados serão organizados em séries históricas tendo em vista um estudo comparativo ano a ano de forma a possibilitar leituras, análises e conclusões tanto em termos da esfera estadual de ensino, quanto das esferas municipais, referente aos municípios da região.

O estudo possibilitará conhecer o cumprimento das metas e comparar com as diretrizes, números e percentuais programados, bem como indicar fatores que se apresentam como desafios os quais merecem estudos mais aprofundados e replanejamentos tendo em vista atingir as condições ideais, apontadas pelos contextos locais, estadual e nacional. As metas observadas serão as definidas no âmbito do financiamento e da valorização docente, da gestão democrática e da qualidade educacional e àquelas que dizem respeito ao aporte de recursos empregados.

Certamente a articulação entre o PNE e as metas e estratégias dos Planos Estaduais e Municipais de Educação poderá garantir o acompanhamento e a avaliação do que foi planejado por estados e municípios, garantindo assim, coletivamente, como defende Saviani (2014, p. 8), a continuidade e a intencionalidade das ações.

...o plano educacional é exatamente o instrumento que visa introduzir racionalidade

na prática educativa como condição para se superar o espontaneísmo e as improvisações que são o oposto da educação sistematizada e de sua organização na forma de sistema (2014, p. 8).

Entendendo o planejamento como o referido autor considera-se indispensável a articulação entre o PNE e os Planos de Educação, de forma a garantir, via o primeiro, a realização das metas e estratégias estabelecidas no segundo, com vistas à efetivação do financiamento, valorização dos profissionais da educação da gestão democrática e da qualidade educacional em nível local.

No tocante ao financiamento a Meta 20 do PNE estabelece ampliar o investimento público em educação pública de forma a atingir, no mínimo, o patamar de sete por cento do Produto (PIB) do país no quinto ano de vigência desta lei e, no mínimo, equivalente a dez por cento do PIB ao final do decênio; a Meta 17 assegura, valorizar os/as profissionais da rede pública de educação básica de forma a equiparar seu rendimento médio ao dos (as) demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final do sexto ano de vigência deste; a Meta 19 assegura condições, no prazo de dois anos, para efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União para tanto; Já a Meta 7 do PNE estabelece como critério de qualidade a ser alcançado pelos entes federativos locais o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). Assim determina o texto da referida meta:

Fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir as seguintes médias nacionais para o Ideb:

IDEB	2015	2017	2019	2021
Anos iniciais do Ensino Fundamental	5,2	5,5	5,7	6,0
Anos finais do Ensino Fundamental	4,7	5,0	5,2	5,5
Ensino Médio	4,3	4,7	5,0	5,2

(Brasil, 2014, p. 61).

O estado do Mato Grosso aprovou seu PEE, em 2008, e o avaliou recentemente, por meio de etapas preparatórias e cuja Conferência de Avaliação do Plano Estadual de Educação (CONAPEE) ocorreu entre os dias 22 e 25 de novembro de 2017. Na mesma perspectiva, todos os municípios do estado têm seus Planos Municipais de Educação aprovados desde 2015, motivo pelo qual o acompanhamento da relação entre PEE e PME nos municípios mato-grossenses se reveste de fundamental importância.

Outros aspectos poderão ser contemplados pela pesquisa, por exemplo, parcerias público-privadas nas redes municipais, a contratação de serviços de consultoria para a elaboração do PME. Tais contratações são realizadas com quais recursos? Em que medida essas contratações favorecem a articulação entre os dois planos? Como essa articulação tem contribuído para o fortalecimento do planejamento, do financiamento, da valorização dos profissionais da educação, da gestão democrática e da avaliação educacional em nível local?

Neste contexto de avaliação dos planos, o papel desempenhado pelo docente é de significativa relevância com efeitos sobre as políticas de financiamento tendo em vista os desafios da qualidade educacional e da valorização destes profissionais. Nesse sentido nos propomos a estudar suas condições de trabalho e de valorização.

Esses aspectos nos desafiam a desenvolver pesquisas com olhares multi e interdisciplinar, razão esta para inserção do olhar contábil a partir dos orçamentos públicos e balanços fiscais.

9. Resultados Esperados:

Contribuição com a formação de estudantes de graduação (Iniciação Científica e Trabalho de Conclusão de Curso – TCC) e pós-graduação (Dissertações) que possam incorporar ao projeto.

Orientações de monografias e dissertações de mestrado sobre o tema da pesquisa ou

correlatos, buscando ampliar o alcance regional dos resultados.

Fortalecimento da produção científica, estimulando a participação de docentes e discentes da instituição proponente da pesquisa.

Divulgação de resultados parciais e finais da pesquisa em eventos científicos, nacionais e internacionais.

Elaboração de artigos para publicação em periódicos, nacionais e estrangeiros, e/ou livros.

Discussão da temática em disciplinas dos cursos de graduação, de especialização e de formação de professores e de pós-graduação na área da educação.

Efetiva troca de experiência que contribui com a consolidação do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade proponente da pesquisa.

Ampliação das pesquisas voltadas às políticas de educação básica;

Compreensão das condições de trabalho e historicidade da docência;

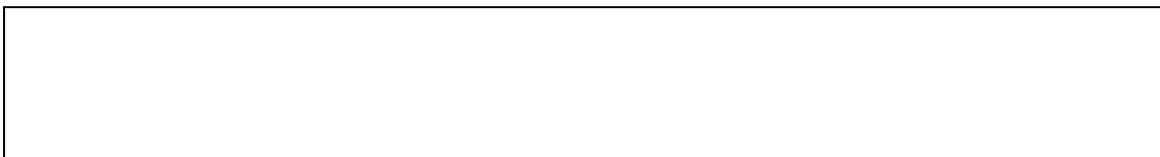
Apontar os desafios para se alcançar a valorização docente;

Fortalecimento das ações multi e interdisciplinares.

10. Hipóteses ou Questões Problemas:

Dessa forma, a presente pesquisa pretende responder às seguintes questões:

- No processo de elaboração do PME dos municípios selecionados houve articulação com o PNE e PEE?
- Foi utilizado recurso de MDE e/ou que outras fontes para contratação de consultoria para a elaboração do PME?
- Nos PMEs analisados, como essa relação se expressa?
- Em que aspectos as Metas 7, 17, 19 e 20 do PEE e dos PMEs analisados se aproximam ou se distanciam da meta estabelecida no PNE?
- Quais estratégias são previstas no PME para atingir a meta 7 do PNE?
- Quais as contribuições da articulação entre PEE e PME para o fortalecimento do planejamento, do financiamento, da valorização dos profissionais da educação, da gestão democrática e da avaliação educacional em nível local?



11. Materiais e Métodos:

A pesquisa será desenvolvida mediante a realização de estudo de casos em quatro municípios mato-grossenses, podendo ampliar para seis, em cidades selecionadas com base no maior índice populacional: Rondonópolis, Sinop, Cáceres, Tangará da Serra, podendo incluir posteriormente as cidades de Cuiabá e Várzea Grande, com a adesão de pesquisadores destas cidades à pesquisa.

A indicação prévia para a escolha dos casos justifica-se na medida em que, embora não se pretenda uma generalização potencial dos resultados alcançados o estudo deverá promover generalizações naturalísticas, tal como proposto por Stake (1983). Como em Rockwell (1986) entende-se, neste trabalho, que o fenômeno eleito para investigação deva ser percebido a partir de suas múltiplas relações com o contexto social mais amplo e não apenas em função de suas relações internas. (LUCKÁCS; 1976). Metodologicamente, isto implica, por um lado, complementar a informação de campo com informações relativas a outras ordens sociais (por exemplo, a estrutura, o papel do Estado e da sociedade políticas educacionais do país) e, por outro lado, buscar interpretações e explicações a partir de elementos externos à situação particular. Desse modo não se realiza estudos de caso, mas estudos sobre casos (ROCKWELL, 1986, p.47).

Com vistas à construção de um marco teórico para análise dos dados coletados será necessário proceder à seleção de bibliografia relacionada ao objeto de estudo. (SHIROMA; CAMPOS; GARCIA, 2005).

Os dados, cujo detalhamento segue abaixo, serão coletados em quatro (4) municípios, dentre os seis (6), com maior índice populacional, com ênfase no financiamento, na valorização de profissionais da Educação, na gestão democrática e na qualidade educacional nos municípios, como segue no quadro abaixo:

Nº	MUNICÍPIO	POPULAÇÃO	EQUIPE/PESQUISADORES/
----	-----------	-----------	-----------------------

		ESTIMADA (IBGE, 2017)	BOLSISTAS
1	Cuiabá	590.118 hab.	
2	Várzea Grande	274.013	
3	Rondonópolis	222.316 hab.	Ester Assalin (Mestranda PPGedu/UNEMAT)
4	Sinop	135.874 hab.	Me. Divino Alves Batista Rosa (Prof. SEDUC)
5	Cáceres	91.271 hab.	Dr ^a Marilda de Oliveira Costa (Coord. Geral/ UNEMAT) Ma. Elisângela P. Alves Almeida (Prof. SEDUC) Ma. Rosa Maria Botassim (Prof. IV Marcos) Prof ^a Lucinalda Carneiro de Lima (Mestrado) Prof ^a Luciano Almeida (prof. SEDUC)
6	Tangará da Serra	98.828 hab.	Dr ^a Josete Maria Cangussú Ribeiro (vice-coord. UNEMAT) Ma. Geni Conceição Figueiredo (UNEMAT) Me. Magno Alves Ribeiro (UNEMAT)

O período a ser investigado inicia-se em 2014, ano de aprovação do PNE e se estende 2018.

As fontes primárias para a coleta de dados referem-se metas e estratégias definidas no âmbito dos planos de educação estadual e municipal que serão observadas e registradas, e a seguir comparadas com os resultados extraídos dos estudos numéricos apresentados nos vários relatórios anuais registrados no SIOPE – Sistema de Informação sobre Orçamento Público em Educação. Dados sobre qualidade, especialmente o Ideb – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, extraídos de banco de dados do INEP; consulta a legislações municipais dos municípios selecionados para pesquisa sobre elaboração de leis de gestão democrática e indicadores de gestão, de planos de carreira, financiamento, em sítios oficiais de acompanhamento e monitoramento dos planos de educação. Além de recorrermos a entrevistas semiestruturadas com os sujeitos diretamente envolvidos com a elaboração, a implementação, monitoramento e avaliação dos planos. As entrevistas se pautarão em

roteiros precários cuja função, além de orientar o entrevistador nos temas da investigação, sem, contudo, inibir por completo a abordagem de temas específicos, permitirá a análise comparativa em cada caso estudado. Para efeito da caracterização dos municípios serão consultadas diferentes bases de dados, com destaque para aquelas preparadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e pelo Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos. Em síntese, as informações coletadas em cada caso em estudo referem-se: Sistemas Municipais de Ensino. Levantamento, organização e análise de documentos oficiais relativos a elaboração, acompanhamento, monitoramento e avaliação dos planos de educação, no tocante a: financiamento, valorização dos profissionais da educação, gestão democrática e qualidade da educação. Entrevista com componentes do corpo técnico responsáveis pela elaboração e pelo acompanhamento dos planos e dos documentos por ele gerados; levantamento, organização e análise de indicadores educacionais que evidenciem alterações no financiamento do ensino; na valorização de profissionais da educação: média salarial, formas de contratação, políticas de formação inicial e continuada; na qualidade do ensino: desempenho acadêmico, evasão e retenção; gestão democrática: existência de Conselhos Municipais de Educação, Fóruns Municipais de Educação, formas de acesso ao cargo de direção escolar, existência de Conselhos Escolares; autonomia financeiro da escola. Detectar eventuais gastos com a elaboração dos planos.

As entrevistas a serem realizadas configuram-se como entrevistas semiestruturadas a partir de roteiros precários, permitindo ao entrevistador abarcar um conjunto de informações de maneira menos diretiva e adaptando-as às preocupações gerais da pesquisa e às peculiaridades locais. Observe-se que a ética na coleta das informações será contemplada entre outros procedimentos, pelo consentimento prévio de entrevistados em participar da pesquisa expresso em *termo de consentimento livre e informado*. A utilização de imagens e áudios se dará apenas com a autorização específica dos participantes e a adesão à pesquisa será voluntária.

Os resultados serão apresentados a partir de grupos de estudos compostos por pesquisadores, acadêmicos, professores e gestores das redes de ensino com objetivo

de debater e analisar os resultados extraídos dos estudos tendo em vista contemplar o contexto local, as leituras e informações fornecidas por estes agentes, frente ao cumprimento total, parcial ou não cumprimento das metas e estratégias programadas. Com indicação dos pontos frágeis, barreiras e problemas encontrados para o cumprimento das mesmas. Tais relatos serão organizados tendo em vista contribuir com as leituras e análises dos dados apresentados e construção dos relatórios parciais e finais da pesquisa.

12. Referencial Teórico:

O reconhecimento da importância do planejamento, de longo prazo, como instrumento da política educacional para a educação brasileira não é recente, tal como registros de Saviani (2014), entre outros. Segundo Fonseca (2016) “Como função política, o planejamento ergue-se como meio para organizar a política econômica e social de cada gestão governamental.” (Ibidem, p.26). Produto de determinadas épocas históricas e tendências governamentais o planejamento assume diferentes faces, como no caso brasileiro, marcado por descontinuidades/continuidades:

... as políticas educacionais têm sido marcadas hegemonicamente pela lógica da descontinuidade/continuidade, por carência de planejamento de longo prazo e por políticas de governo, em detrimento da construção coletiva, pela sociedade brasileira, de políticas de Estado (DOURADO, 2010, p. 681).

Pode-se considerar que a ideia de planejamento estatal em detrimento de planos de governo habitou o imaginário de governantes das últimas décadas e também da sociedade que passou a participar ativamente em conferências públicas, marco fundamental na elaboração de políticas públicas, como a CONAE 2010, para elaboração do Plano Nacional de Educação 2014-2024.

No entanto, como alerta Fonseca (2016), tomando por referência a realidade brasileira,

um plano de Estado colide com a interferência de grupos dominantes que agem como formadores de opinião junto ao governo, por força de seu poderio econômico e político. Regionalmente a disputa pode decorrer das práticas

patrimonialistas que favorecem determinados segmentos locais. (Ibidem, p.27)

Nesse sentido, um plano de educação da estatura do PNE pode ser afetado pela pressão política dos entes federados (estados e municípios), especialmente a partir da Constituição Federal de 1988, a qual institui a autonomia dos municípios, elevando-os à estatura de ente federados. Sobre isso, Martins esclarece: “o reconhecimento dos municípios, como dotados de autonomia em seu mais alto grau, teve importância central na estruturação do atual modelo do federalismo brasileiro, sendo o único exemplo no mundo em que se reconhece o município como ente federativo, isto é, dotado do mesmo grau de autonomia concedido aos estados e à União” (MARTINS; 2009, p.150).

Em razão da autonomia dos entes federados e das condições técnicas, administrativas, políticas, culturais, econômicas e sociais, a arquitetura do sistema federativo brasileiro tornou-se muito complexa, podendo repercutir nas relações de poder local e na dependência de assistência técnica e financeira da União. Nesse sentido, o Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024) foi aprovado pela Lei brasileira nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Trata-se de um Documento que expressa as metas e estratégias para o planejamento da educação nacional para os próximos 10 anos, a partir de 2014, as quais foram construídas num processo democrático e participativo que envolveu representantes de todos os 5.565 municípios brasileiros¹ por meio da Conferência Nacional de Educação (CONAE).

O processo de construção do PNE 2014-2024 teve início em 2009, por meio da realização das Conferências Municipais/Intermunicipais de Educação, etapa preliminar para a realização da CONAE, na qual todos os municípios brasileiros participaram das discussões do Documento Referência². Como resultado foram aprovadas emendas a serem apreciadas nas Conferências Estaduais de Educação, realizadas também em 2009 e no início de 2010, com a participação de representantes eleitos em todos os municípios. Considerando a totalidade de

¹ Número de municípios Brasileiros segundo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em maio de 2010.

² Documento elaborado pela comissão organizadora nacional, integrada por representantes das secretarias do Ministério da Educação, da Câmara e do Senado, do Conselho, das entidades dos dirigentes estaduais, municipais e federais da Educação e de todas as entidades que atuam direta ou indiretamente na área da Educação (Souza, 2012, p.15).

conferências municipais, intermunicipais e estaduais, o número de participantes oficialmente registrados chega a 450 mil pessoas (BRASIL, 2010, p. 8).

Por fim, as emendas aprovadas nos 26 estados brasileiros e no Distrito Federal foram discutidas e aprovadas na Conferência Nacional de Educação, realizada em Abril de 2010, em Brasília, DF, com a participação de 3.889 representantes dos mais diversos segmentos da sociedade brasileira, entre eles: gestores educacionais da educação básica, educação profissional e da educação superior pública e privada, trabalhadores em educação, pais, alunos da educação básica, educação profissional e da educação superior pública e privada, conselheiros estaduais de educação, empresários, parlamentares, gestores do MEC, representantes de movimentos sociais, entre outros segmentos. Tal participação resultou em 5.300 propostas de emendas ou novos parágrafos, que foram acrescentados ao documento (BRASIL, 2010, p. 8), processo que afirma a CONAE como “espaço de discussão e deliberação coletiva” (DOURADO, 2014, p. 29).

A lei 13.005, de 24 de junho de 2014, que instituiu o PNE 2014-2024 assegura em seu art. 8º que os Estados, o Distrito Federal e os municípios deverão elaborar seus correspondentes planos de educação ou adequar os planos já aprovados em lei, em consonância com as diretrizes, metas e estratégias previstas neste PNE, no prazo de um ano contado da publicação desta lei. Findados os 12 meses, apenas quatro estados brasileiros haviam aprovado Planos Estaduais: Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Rondônia e Maranhão já têm seus planos estaduais de educação. Notícia divulgada no site do Ministério da Educação (BRASIL, MEC, 2015), informa que Pernambuco, Paraíba, Espírito Santo e do Distrito Federal já tiveram os planos aprovados pelo legislativo, mas falta a sanção dos governadores.

Em relação aos municípios, o site do PNE (MEC, 2015) informa que 4.964 municípios possuem Lei que sanciona o Plano Municipal de Educação, mas não fica claro se esses planos são posteriores ao PNE, uma vez que Planos formulados anteriormente ao PNE deverão ser reformulados de forma a contemplar as novas metas estabelecidas no documento nacional. Dessa forma, orienta o MEC (BRASIL, 2014a, p. 14)

Cabe aos gestores dos sistemas e das redes de ensino, sobretudo às secretarias de educação ou órgãos específicos, em colaboração com os conselhos e fóruns de educação, a adoção de mecanismos, processos e ações para estruturar uma

metodologia e uma agenda de trabalho que favoreçam os processos de participação e de decisão coletivos.

Sendo o PNE um Plano construído coletivamente, com a participação dos mais diversos segmentos da sociedade brasileira, ele incorpora os embates que se travam no contexto dessa sociedade, revelando assim suas contradições. Trazendo essa discussão para o nível local, novos embates serão estabelecidos, sendo um deles de interesse particular para esta pesquisa, qual seja: a articulação entre PME e PEE e as contribuições desse processo para o financiamento, a valorização dos profissionais da educação, a educação do campo, gestão democrática do ensino público e, por fim, para a qualidade da educação municipal.

13. Cronograma de Atividades:

ANO	ATIVIDADES	
2018	Primeiro semestre	Segundo semestre (início em dezembro)
	Seleção de bibliografia relacionada a objeto de estudo Leitura e sistematização de bibliografia relacionada ao objeto de estudo (Revisão de literatura) Levantamento e sistematização referente à política nacional de educação básica (PNE entre outros) Levantamento de documentos específicos sobre monitoramento e avaliação de metas do PNE e dos planos de educação dos municípios Revisão da literatura relacionada ao tema (continuação)	Levantamento de dados dos municípios da amostra; Testagem dos instrumentos da coleta de dados; Contato com equipes de responsáveis, nas Secretarias de Educação e nos Foruns de Educação do Estado e dos municípios, pelo monitoramento e avaliação dos planos; Início da pesquisa nas secretarias de educação; Realização de entrevistas com responsáveis pelo acompanhamento, monitoramento e avaliação dos planos; Transcrição das entrevistas;

		Coleta de dados em sites oficiais sobre os eixos selecionados da pesquisa; Elaboração de relatório parcial.
2019	<p>Conclusão de levantamento de dados dos municípios pesquisados;</p> <p>Sistematização dos dados coletados; Análise dos dados coletados;</p> <p>Elaboração de textos teóricos;</p> <p>Elaboração de textos para apresentação em eventos científicos</p> <p>Análise dos dados coletados pelos grupos de pesquisa</p> <p>Realização da 2ª reunião técnica do grupo de pesquisa</p> <p>Elaboração de artigos, com resultados parciais, e submissão para publicação em periódicos científicos</p>	<p>Análise e cruzamento dos dados coletados: estatísticos, documentais, legislação e entrevistas;</p> <p>Finalização das análises por meio de cruzamento de dados;</p> <p>Realização de seminário integrador para apresentação e discussão dos dados coletados e definição das categorias comparáveis;</p> <p>Organização de artigos para publicação</p>
2020	<p>Finalização da análise comparada</p> <p>Elaboração do relatório final da pesquisa</p> <p>Encaminhamento dos relatórios dos municípios participantes da pesquisa</p> <p>Encaminhamento do relatório final à UNEMAT</p>	

14. Referências Bibliográficas (Conforme Normas da ABNT):

AZEVEDO, Janete Lins de. A educação como política pública. Campinas: Autores Associados, 1997 (Coleção polêmica do nosso tempo; v. 56)

BARDIN, L. Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2011.

BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari. Investigação Qualitativa em Educação: uma introdução à teoria e aos métodos. Porto, Porto Editora, 1994.

BRASIL. Ministério da Educação. *Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação*. Brasília: MEC, 2010.

BRASIL. *Plano Nacional de Educação 2014-2024*: Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014.

BRASIL. *Projeto de Lei do Plano Nacional de Educação (PNE 2011-2020)*: PL nº 8.035/2010. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2011 (Série Ação Parlamentar, 436).

DOURADO, L. F. A Conferência Nacional de Educação e a construção de políticas de Estado. In: Magna França, Mariangela Momo (Orgs.). *Processo democrático participativo: a construção do PNE*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2014.

DOURADO, L. F. Avaliação do Plano Nacional de Educação 2001-2009: questões estruturais e conjunturais de uma política. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 31, n. 112, p. 677-705, jul.-set. 2010.

LUKACS, györgy. *Ontologia do ser social*. Trad. Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Leck, 1979.

SAVIANI, Dermeval. *Sistema Nacional de Educação e Plano Nacional de Educação: Significado, controvérsias e perspectivas*. Campinas, SP: Autores Associados; 2014 (Coleção Polêmicas do nosso tempo)

SHIROMA, E. O., CAMPOS, R. F.; GARCIA, R. M. C. Decifrar textos para compreender a política: subsídios teórico-metodológicos para análise de documentos. *Revista Perspectiva*, Florianópolis, v. 23, n. 02, p. 427-446, jul./dez. 2005.~

TORRES, Carlos Alberto. Estado, Privatização e Política Educacional – Elementos para uma Crítica do Neoliberalismo. In: GENTILI, Pablo (org.). *Pedagogia da Exclusão. Crítica ao neoliberalismo em educação*. 9ª Ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

15. Orçamento:

15.1 Equipamentos e Material Permanente

Especificação	Qtde.	Valor Unitário	Valor Total
Notebook Dual Core (2.1 GHZ 3GB HD320GB 15.5 prata Windows 7 e; Office 2007 Home & Student.	01	R\$ 3.000,00	R\$ 3.000,00
Impressora HP- 1606	01	R\$ 747,00	R\$ 747,00
Material Bibliográfico	25	R\$ 40,00	R\$ 1.000,00

Gravador De Voz Digital 8gb Memória Espião Pequeno Discreto Escuta	4	R\$ 84,49	R\$337,96
Total			5.084,00

15.2 Material de Consumo

Especificação	Qtde.	Valor Unitário	Valor Total
Resma de papel	10	R\$ 15,00	R\$ 150,00
Toner impressora HP preto CB436A	2	R\$50,00	R\$ 100,00
Total			250,00

Todas as despesas ficarão a cargo dos responsáveis pela pesquisa, uma vez que o material do orçamento já existe em seus grupos de pesquisa no PPGEdU/ e nos campi da UNEMAT.

15.4 Fontes de Recursos

Discriminação	UNEMAT (Campi e/ou Depto)	Outra fonte	Total
Material de Consumo			
Equipamentos e Material Permanente			
Serviços de Terceiros e Encargos Diversos			
Total			

15.5 Cronograma de Desembolso

Elementos de Despesas/Fontes de Recursos	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Total

UNEMAT (Campi e/ou Depto)				
Material de Consumo				
Equipamentos e Material Permanente				
Serviços de Terceiros e Encargos Diversos				
<i>Sub-total</i>				
Outras fontes				
Material de Consumo				
Equipamentos e Material Permanente				
Serviços de Terceiros e Encargos Diversos				
<i>Sub-total</i>				
TOTAL				